



Processo nº	10166.013626/2007-21
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	2002-001.383 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária
Sessão de	20 de agosto de 2019
Recorrente	ROGERIO JOSE RABELO
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2004

DEDUÇÕES NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE

Todas as deduções pleiteadas na declaração de ajuste estão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora.

DESPESAS COM INSTRUÇÃO.

São dedutíveis os gastos com instrução própria e dos dependentes do contribuinte, observado o limite anual individual.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente e Relatora

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez, Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Thiago Duca Amoni e Virgílio Cansino Gil.

Relatório

Notificação de lançamento

Trata o presente processo de notificação de lançamento – NL (fls. 5/10), relativa a imposto de renda da pessoa física, pela qual se procedeu a alterações na declaração de ajuste anual do contribuinte acima identificado, relativa ao exercício de 2005. A autuação implicou na alteração do resultado apurado de saldo de imposto a restituir declarado de R\$108,84 para saldo de imposto a pagar de R\$7.582,77.

A notificação noticia deduções indevidas com dependentes e de despesas médicas e com instrução.

Impugnação

Cientificada ao contribuinte em 18/10/2007, a NL foi objeto de impugnação, em 8/11/2007, às fls. 2/20 dos autos, na qual o contribuinte requereu o recálculo do imposto tendo em vista os documentos comprobatórios juntados.

A impugnação foi apreciada na 7^a Turma da DRJ/BSA que, por unanimidade, julgou a impugnação procedente em parte, em decisão assim ementada (fls. 50/57):

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2005

Ementa: DEDUÇÃO INDEVIDA DE DESPESAS MÉDICAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO.

A falta de comprovação por documentação hábil e idônea dos valores informados a título de dedução de despesas médicas na Declaração do Imposto de Renda importa na manutenção da glosa.

DEDUÇÃO DE DEPENDENTES. FILHOS E ENTEADOS. REQUISITOS LEGAIS.

São considerados dependentes, para fins de dedução na Declaração do Imposto de Renda, os filhos e enteados até vinte e um anos, maiores até vinte e quatro anos cursando universidade ou escola técnica de 2º grau ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho.

DEDUÇÃO INDEVIDA DE DESPESAS COM INSTRUÇÃO. REQUISITOS LEGAIS.

São dedutíveis na Declaração do Imposto de Renda os pagamentos efetuados a estabelecimentos de educação pré-escolar, incluindo creches, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, observado o limite permitido para o respectivo exercício.

MULTA DE OFÍCIO. REDUÇÃO. PRAZO LIMITE DE PAGAMENTO.

A multa de ofício incide somente sobre o imposto suplementar apurado no auto de infração, podendo ser reduzida em 50%, se pago até o 30º dia do recebimento do auto de infração, ou, ainda reduzida em 40% se o contribuinte solicitar o parcelamento do débito dentro do prazo de 30 dias da ciência da autuação.

O colegiado de primeira instância decidiu por restabelecer parcialmente a dedução com dependentes e de despesas médicas.

Recurso voluntário

Ciente do acórdão de impugnação em 12/5/2009 (fl. 62), o contribuinte, em 28/5/2009 (fl. 63), apresentou recurso voluntário, às fls. 63/80, requerendo o restabelecimento da despesa própria com instrução e indicando a juntada de documentação comprobatória.

Voto

Conselheira Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez – Relatora

Admissibilidade

O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, assim, dele tomo conhecimento.

Delimitação da lide

No recurso voluntário, o recorrente requer o restabelecimento das despesas próprias com instrução.

Logo, não cabe pronunciamento deste colegiado quanto às demais glosas efetuadas.

Mérito

A teor do disposto no artigo 8º, inciso II, alínea b, da Lei nº 9.250, de 1995, são dedutíveis os pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas, ao ensino fundamental, ao ensino médio, à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização) e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

Registre-se que tais despesas estão sujeitas ao limite anual individual de R\$1.998,00, para o ano-calendário de 2004, e o valor dos gastos que ultrapassar esse limite não pode ser aproveitado nem mesmo para compensar gastos de valor inferior efetuados com o próprio contribuinte ou com outro dependente ou alimentando.

Em sua declaração de ajuste, o recorrente informou o pagamento de R\$6.180,00 à Fundação Mineira de Educação e Cultura (fl.39). Em sua impugnação, ele juntou declaração emitida pela instituição (fl.14), a qual não foi acatada pela decisão recorrida nos seguintes termos:

No que diz respeito às deduções com instrução, o impugnante junta uma declaração emitida pela Universidade Fumec (fls. 12), no valor de R\$ 6.220,60, porém esse documento não demonstra quem seria o aluno matriculado na universidade, logo não ficou comprovado que se trata de despesas de instrução do contribuinte e/ou dependentes.

Em seu recurso voluntário, o recorrente junta os documentos de fls. 64/69.

O Decreto nº 70.235/1972, que regulamenta o processo administrativo fiscal, limita a apresentação de provas em momento posterior à impugnação, restringindo-a aos casos previstos no § 4º do seu art. 16, porém a jurisprudência deste Conselho vem se consolidando no sentido de que essa regra geral não impede que o julgador conheça e analise novos documentos anexados aos autos após a defesa, em observância aos princípios da verdade material e da instrumentalidade dos atos administrativos, sobretudo quando são capazes de rechaçar em parte ou integralmente a pretensão fiscal.

Nesse caso, entendo que os documentos apresentados em sede de recurso voluntário devem ser recepcionados e analisados, uma vez que comprovam os argumentos expostos pelo Contribuinte e podem servir para rebater a decisão de primeira instância.

Os documentos juntados demonstram que o recorrente frequentou a instituição de ensino no ano de 2004, sendo de se concluir que os gastos veiculados na declaração de fl.14 se deram em seu proveito.

Conclusão

Pelo exposto, voto por dar provimento ao recurso voluntário, para restabelecer despesas com instrução no montante de R\$1.998,00.

(documento assinado digitalmente)

Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez